## WACQUANT, Loïc. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/ Freitas Bastos Editora, 2001.

ANTÔNIO RAFAEL\*

Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos, juntamente com dois outros livros do autor publicados no Brasil no decorrer do último ano, compõe uma boa apresentação aos trabalhos de Loïc Wacquant, ao mesmo tempo que possibilita a divulgação, para um público mais amplo, de um pensamento extremamente vigoroso em seu rigor analítico e na profundidade e amplitude de seus argumentos. Essas iniciativas devem ser saudadas como um avanço do mercado editorial brasileiro, especialmente por aqueles que hoje trabalham com a questão criminal.

Se podemos resumir o tema central que atravessa essa trilogia (como o próprio autor nomeia o conjunto destas publicações), este seria a indagação proposta no epílogo da obra aqui considerada: "afinal, para que serve a prisão no século XXI?" (143). Ao posicionar no centro do debate uma questão freqüentemente aludida pelos especialistas na matéria, o autor busca dissolver o jogo de sombras que envolve

a discussão acerca dos objetivos da pena de prisão - neutralização, punição, reforma ou reinserção daqueles que caem em suas malhas - colocando no seu lugar uma reflexão política, na acepção estrita da palavra, acerca do sentido da pena e do encarceramento. Trata-se de examinar, sob esta ótica, as conexões existentes entre o surgimento e a difusão daquilo que o autor nomeia de "Estado penal" e a desregulação ou liberalização econômica, como podem ser percebidas nos seus principais vetores: a ascensão do salariado precário, o desmantelamento ou retração das políticas de proteção social, a hipertrofia do aparelho punitivo e as relações entre as prisões e os "guetos" (no contexto norte-americano e europeu - casos privilegiados das análises aqui desenvolvidas, mas que não as esgotam).

Se o assunto principal de Os condenados da cidade (Rio de Janeiro: Revan, 2001) gira em torno da marginalidade urbana – a análise dos modos de composição dos seus territórios e de suas formas específicas, firmemente articuladas a um contexto nacional determinado; sua matriz

Doutorando, PPGAS - MN - UFRJ

histórica de classe e seu sistema hierárquico característico (nesse sentido, e apesar das similitudes aparentes, as favelas no Brasil não devem ser confundidas com as poblaciones no Chile, os subúrbios na França ou os gueto norte-americanos, para citar alguns exemplos) -, em As prisões da miséria (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001) é a globalização das políticas de "tolerância zero" que ocupa o centro da investigação. Em Punir os pobres, Wacquant procura mapear os caminhos pelos quais a criminalização da miséria e o encarceramento maciço complementar à insegurança gerada pelo advento do "menos Estado" econômico e social internacionalizamse, como esse modelo punitivo que surge nos Estados Unidos (e cujo maior veículo de propaganda é a política de segurança implementada na cidade de Nova York pelo prefeito Rudolph Giuliani) estende-se aos países europeus e à América Latina (o caso brasileiro aparece sinteticamente discutido na nota introdutória). Podemos dizer que Punir os pobres está situado na interseção entre as duas obras, uma vez que, ao examinar detalhadamente o caso americano, conjuga as temáticas presentes tanto em uma quanto em outra num único quadro analítico – seja no que se refere à substituição progressiva do "(semi)Estadoprovidência" pelo Estado Penal, seja quando discute as mutações pelas quais passa o gueto americano.

A primeira parte do livro comporta dois capítulos (publicados anteriormente como artigos em revistas acadêmicas) em que o autor apresenta o declínio do "Estado caritativo" (esta expressão, no seu entendimento, é mais adequada do que a de Estado-providência, uma vez que, no caso americano, parte-se de uma concepção da pobreza como produto das carências individuais e (in)ações dos pobres; princípios da compaixão e da responsabilidade individual). Tal declínio foi facilitado por algumas características funcionais e estruturais do aparelho de Estado americano: o anti-estatismo da cultura política nacional, a descentralização administrativa e a fragmentação do campo burocrático, a ausência de uma tradição do serviço público e a porosidade da divisão entre o público e o privado, a divisão estanque da ação social do Estado entre social insurance - que se responsabiliza pela gestão dos seguros e direitos trabalhistas - e wellfare - que diz respeito à assistência às pessoas dependentes ou na miséria.

Mas foi a partir da era Reagan que o recuo da ação do Estado americano sobre o domínio da proteção social efetuou-se com maior virulência, "a tal ponto que a 'guerra contra a pobreza' foi substituída por uma guerra contra os pobres" (24). A reforma dos serviços sociais, votada em 1996 e referendada pelo governo Clinton, e no seu bojo a "lei sobre a responsabilidade individual", é a face mais atual desse movimento, assunto que é discutido minuciosamente no segundo capítulo.

O livro segue com a apresentação de alguns desenvolvimentos específicos, de algumas "técnicas de contração" do Estado caritativo: redução orçamentária significativa dos programas de assistência dirigidos aos pobres; aumento dos obstáculos administrativos e trâmites burocráticos visando desencorajar os postulantes ao auxílio, eliminação pura e simples de dispositivos e programas de ajuda social (ação sustentada pelo argumento de que seria necessário intervir diretamente na "dependência patológica" dos pobres), recuo no domínio privilegiado do social insurance - os programas de segurodesemprego e seguro de invalidez, por exemplo, sofrem cortes expressivos – e, por fim, supressão dos créditos federais e verbas municipais destinadas aos bairros pobres e aos seus habitantes, normalmente investidos em melhoria e manutenção da infra-estrutura urbana, no transporte, moradia, saúde e educação.

Como contraparte necessária ao desmantelamento da rede de assistência, erige-se a malha do Estado disciplinar, chamado a substituí-la. Essa mudança também produz efeitos bastante concretos. Em primeiro lugar, o autor irá assinalar a transformação dos serviços sociais em instrumentos de vigilância e controle das populações pobres através do condicionamento do acesso à assistência social à adocão de certas normas de conduta, assim como ao cumprimento de algumas obrigações previamente estabelecidas, tais como: a aceitação de qualquer emprego que seja oferecido, não importando a remuneração e as condições de trabalho e a assiduidade escolar dos filhos ou a inscrição em programas de formação ou

capacitação ineficazes no cumprimento dos seus objetivos expressos, ainda que plenamente satisfatórios no que se refere aos seus fins não declarados - a fixação da população assistida nos guetos. A segunda modalidade de exercício dessa "política estatal de criminalização das consequências da miséria de Estado" (27) é o que lhe confere certamente a sua face mais dura, e também a mais visível: o encarceramento.

Tal é o assunto que se desenvolve na segunda parte do livro: os modos pelos quais se dá a hipertrofia súbita do Estado penal, assim como a análise dos custos e lucros gerados encarceramento em massa. Partindo de uma apresentação introdutória do sistema penitenciário americano, e fazendo uso de dados estatísticos retirados de diversas publicações do Bureau of Justice Statistics do Ministério Federal da Justiça (55), ele nos brinda com um quadro valioso acerca da explosão carcerária nos população Estados Unidos (a encarcerada quadruplica em duas décadas, chegando a impressionante cifra de 600 prisioneiros para 100 mil habitantes). Isso, como ressalta o autor, em um período de estagnação ou mesmo de recuo dos índices de criminalidade. E aqui ele toca no centro do problema: as prisões não estão cheias de "predadores violentos", mas de criminosos não violentos especialmente, da juventude dos guetos, apanhada pela campanha de "guerra contra a droga", para quem o comércio e o varejo das drogas é a fonte de emprego mais direta ou a única possível

(alguma similaridade com o caso brasileiro? - resta-nos perguntar).

A população carcerária, dilatada por medidas como o alongamento das penas, a multiplicação das infrações que motivam o encarceramento fechado, a perpetuidade automática no terceiro crime, a aplicação da legislação criminal "adulta" para menores de 16 anos, abarrota as cadeias e faz com que a preocupação primordial dos gestores do sistema penitenciário seja "fazer circular" os detentos e acusados o mais rápido possível. Assim, o recurso ao setor privado surge como um dos meios possíveis, senão o único, de conter o fluxo de prisioneiros e, paralelamente, deter o abismo financeiro que se abre no orçamento carcerário dos estados com a implementação da política de enclaustramento. Pois, se "o crescimento dos meios consagrados ao encarceramento só foi possível com o corte no orçamento das verbas sociais, da saúde pública e do ensino" (80), essas supressões nem de longe são suficientes para alimentar uma indústria crescente em volume de empregos e negócios.

A título de exemplo, diz-nos Loïc Wacquant que as administrações penitenciárias estaduais são o terceiro maior empregador do país (o que se reflete no poder de barganha de seus sindicatos – em especial no apoio oferecido durante os ciclos eleitorais a candidatos favoráveis à expansão das prisões) e que o valor das ações das firmas particulares que oferecem a gestão completa dos estabelecimentos de detenção está entre os que mais sobem no mercado Nasdaq. Um lucro

que será distribuído pelos acionistas, enquanto afirmam-se os projetos para que os custos sejam socializados entre os apenados e seus familiares.

O gueto é o alvo privilegiado da intervenção do aparelho de captura e observação de que se serve o Estado penal. E o é na medida em que as estratégias de contenção e controle social se deslocam dos guetos para as prisões. Efetuando uma leitura histórica acerca das "instituições peculiares" usadas para confinar e controlar os afroamericanos - a escravidão, o "sistema de Jim Crow"e o gueto - o autor apresenta, no capítulo cinco, a quarta dessas "instituições": "o complexo institucional composto por vestígios do gueto negro e pelo aparato carcerário, ao qual o gueto ligou-se por uma relação estreita de simbiose estrutural e de suplência funcional" (99; grifos do autor).

Todavia, para apreender essa ligação é necessário desenvolver, segundo a ótica do autor, um conceito analítico sólido do que seja o gueto, e ele assim o faz: "(...) um gueto é uma relação etnoracial de controle e fechamento composta de quatro elementos: estigma, coação, confinamento territorial e segregação institucional" (108). Em seguida, ressalta que o gueto, desde a década de 60, vem se tornando funcionalmente obsoleto em relação ao cumprimento da dupla tarefa das "instituições peculiares": garantir o controle da força de trabalho e a manutenção da distância racial expressa através da subordinação de casta. A prisão parece tomar agora o seu lugar

(a população prisional negra foi a que mais cresceu desde a década de setenta), com o nítido agravante de que não desempenha nenhuma função econômica positiva no que se refere ao recrutamento de mão-de-obra, apenas executando a missão de manter os negros a uma distância segura. Talvez o pior dos mundos até aqui inventados.

Os dois últimos capítulos se referem, respectivamente, ao panoptismo que floresce no seio do Estado penal e que toma como objeto os delingüentes sexuais e a uma entrevista do autor acerca do livro As prisões da miséria. São ambos bastantes instigantes: o primeiro, por desnudar a construção dos mecanismos de "outing" dos condenados por atentados aos costumes ou crimes sexuais (listas com nomes, fotos e endereços em sites da internet dos sex offenders; obrigatoriedade de comunicar à vizinhança e à escolas sobre a sua presença nas proximidades; notificação ao público através da imprensa, de cartazes e panfletos distribuídos pelos organismos policiais ou por adesivos colados no pára-choque dos veículos dos delingüentes sexuais; castrações previstas em lei etc.); o segundo, que compõe o epílogo da obra, por nos reenviar à discussão que atravessa o livro, ao mesmo tempo que a distende em algumas direções, como é o caso da receptividade na imprensa francesa das reflexões desenvolvidas pelo autor.

Por fim, vale a pena tecer alguns comentários, em primeiro lugar, sobre certas características intrínsecas à composição do livro. Este apresenta um

grande volume de dados estatísticos, o que poderia resultar num texto monótono ou de difícil leitura. Isso certamente não acontece devido à habilidade do autor em conjugar a apresentação desse material com outros, de cunho qualitativo, e entremear ambos com o exercício de problematização do que está sendo apresentado. Além disso, o livro está composto de maneira que os capítulos podem ser lidos separadamente, como artigos, muito embora não apresentem um formato estanque - existem passagens e continuidades entre eles, o que também confere uma certa fluidez à leitura. O levantamento bibliográfico, e o uso que dele faz o autor, por si só, já seria motivo suficiente para a leitura da obra. Ressaltese, ainda, o cuidado dos editores em assinalar, entre as obras do autor, aquilo que já se encontra publicado no Brasil.

Resta, então, valorar a pertinência de trabalhos como esse para os que lidam com a questão penitenciária no Brasil. Se, de fato, não dispomos de dados sistematizados que possibilitem uma análise do aparato prisional tal como é desenvolvida no livro para o caso americano, certamente algumas características apresentadas explicitação dos mecanismos de que faz uso a penalidade neoliberal já presentes aqui, e com consequências ainda mais funestas, uma vez que aplicadas a um contexto de forte desigualdade social e desprovido de tradição democrática ou de instituições capazes de amortecer o choque causado pelas mutações no mercado de trabalho.

As constantes rebeliões nos presídios (motivadas pelas condições em que se apresentam as cadeias brasileiras, em especial, pela estarrecedora superpopulação dos estabelecimentos - abastecidos, de igual modo, por uma "guerra às drogas" não declarada) conjugadas com a ação letal dos organismos policiais fazem com que, às dimensões dos guetos (no nosso caso, das favelas) e das cadeias, tenhamos que adicionar uma outra: a dos cemitérios. Cabe, assim, indagar que tipo de sociedade pretendemos construir para o futuro, em especial quando nos posicionamos diante dos projetos de reforma do sistema penitenciário brasileiro. Optamos por lutar contra os pobres ou contra a pobreza e a desigualdade? Abrir a possibilidade desse questionamento é, sem dúvida, o mérito principal do livro.